

RESENHA

DROYSEN, Johann Gustav. *Alexandre o Grande*. Tradução: Trad. Regina Schöpke; Mauro Baladi. Editora: Contraponto, 2010.
ISBN: 978-85-7866-033-8

Roberto S. Kahlmeyer-Mertens¹

A figura do imperador Alexandre III (356-326 a.C.) sempre despertou o interesse tanto de pesquisadores quanto do público leigo. Sua juventude, ímpeto e qualidades de seu gênio guerreiro constituem, para muitos, ainda hoje, um modelo digno da atenção estudiosa. Por isso mesmo, ao longo de séculos, muitas páginas foram dedicadas ao herói macedônio; entre elas, algumas que se destacaram por servir de fontes confiáveis para os estudos dessa história. Atendendo a este requisito, a obra *Alexandre o Grande*, de Johann Gustav Droysen (1808-1884), recém traduzida para o português, merece ser enfocada.

Segundo trabalho do historiador oferecido ao leitor brasileiro, *Alexandre o Grande* é a primeira obra de historiografia de Droysen publicada em nosso país (o outro título é um pequeno manual de teoria da história). Seu autor é um historiador que conquistou distinção na Alemanha do século XIX ao oferecer resistência aos influxos que a filosofia positiva, com Buckle e Taine, exerciam sobre a historiografia europeia (lembramos da querela entre Droysen e Buckle quando, nela, o primeiro autor rechaça a premissa segundo a qual o positivismo teria erigido metodologicamente uma base válida para a história por livrá-la de qualquer pressuposto metafísico).

Naquele país, em meados do referido século, um historiador disposto a fazer sua ciência, precisaria combater ideias positivistas e, ainda, superar a maneira romântica de se fazer história, invariavelmente impregnada de vestígios do espiritualismo hegeliano e da teoria da individualidade de Humboldt. Assim, em oposição ao positivismo, por um lado, e ao romantismo, por outro, Droysen, junto a Ranke e seguido de perto por Mommsen, integra uma nova geração de historiadores conhecida como o novo realismo político (Cassirer). De fato, Droysen foi considerado um dos principais representantes da historiografia na Alemanha, isso porque seus métodos e procedimentos renderam qualificação à moderna história alemã, o que faz com que o autor se visse associado àquilo que ficou conhecido como “escola prussiana”.

Embora parte significativa da obra de Droysen verse sobre a Alemanha, não é sobre esta que se ocupam os capítulos de maior brilho em sua produção intelectual. A dedicação aos estudos de história antiga fez com que o autor adquirisse reconhecimento precoce com a publicação, em 1833, de *A história de Alexandre o grande* (como reza o título original). Publicada quando o autor possuía apenas 25 anos de idade, esta é considerada por muitos seu *magnum opus*, fazendo com que ele ficasse conhecido como o *descobridor da história do helenismo* (Gadamer). É preciso reconhecer que esta obra circumspecta e inspirada contribuiria adiantando muito das compreensões essenciais da história segundo Droysen, concepções que o autor na maturidade viria formular conceitualmente no âmbito daquilo que se chamou “história das ideias”.

Na década de 1830, porém, o que se vê dessa teoria é apenas a convicção de que uma história não pode ser escrita de maneira apriorística. Para Droysen, a continuidade é a própria essência do tempo e, por sua vez, a historiografia seria a delimitação e descrição de um

¹ Doutor em filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, autor de *Heidegger & a educação*.

momento do mesmo. É, em parte, por isso que o autor se lançou na monumental tarefa de biografar Alexandre.

Volume com mais de quinhentas páginas distribuídas em quatro livros, destaque-se os três capítulos que iniciam sua *primeira divisão*. Neles, temos uma síntese que bem situa aspectos políticos e militares relativos à unificação da Grécia, da ascensão e queda do Império Persa e à origem e consolidação da monarquia macedônia. Diferente destes, o quarto capítulo dessa seção nos traz um retrato bastante fiel de Felipe da Macedônia, notas acerca do nascimento e juventude de Alexandre em Pela, além do registro das relações tensas entre filho e pai até a morte do segundo. Os três últimos capítulos dessa parte narram os diversos reveses que Alexandre enfrentou nos anos incipientes de seu reinado, bem como seus primeiros êxitos militares.

O *livro segundo* traz, em seu início, uma visão geral do desenvolvimento da monarquia macedônia num contexto econômico-social, abordando a reforma monetária, a nova organização social e as alianças militares promovidas na época. Os sucessos em campanhas que coroaram a história de Alexandre também são enumerados em capítulos que se destacam não só por sua clareza e rigor metódico, mas também por sua plasticidade. Um exemplo disto é o que vemos nos capítulos XI-XIII, responsáveis por uma descrição bastante fidedigna da batalha de Issus (esta que culminou com a vitória sobre Dario e na consequente fuga do imperador persa).

Na *terceira divisão* da obra, mais importante do que o relato da repressão ao ardil de Parmênion e Filotas contra seu imperador é a excelente descrição da vitória macedônia da batalha de Hidaspe, na Índia, que levou à captura do rei Porus (após a claudicante travessia do rio Indo e do terrível conflito com elefantes de batalha).

A narrativa, muito bem estabelecida, no *quarto e último livro*, nos põe em conexão direta com o tópico que Droysen dedicou às ideias de Alexandre. No referido, embora o próprio historiador reconheça a carência de subsídios para obtermos uma interpretação histórica detalhada do modo com que aquele grande líder pensava, Droysen tenta reconstruir o ideário alexandrino com os poucos fragmentos de que dispõe. Em tal ideário, a prosperidade do império, as reformas administrativas e a vida científica e social (nessa última: a universalização do estilo helênico, a transformação dos povos asiáticos e a evolução dos macedônios) eram objetos em pauta. Antes, porém, nosso biógrafo traça um paralelo plausível entre aspectos intelectuais e morais do pensamento de Alexandre e a obra política de Aristóteles, seu antigo mestre. Parte dessa feliz associação pode ser conferida na seguinte transcrição do livro em apreço: “A ação era para Alexandre aquilo que o pensamento era para Aristóteles. Porém, se o filósofo, entrincheirado em um silêncio propício à meditação, podia dar ao seu sistema metafísico a perfeição e o rigor que só pertenciam às ideias, Alexandre era forçado a agir em meio a um turbilhão de acontecimentos e de relações imprevistas que obrigavam a tomar decisões imediatas” (p.471). Com esse argumento, Droysen nos permite entrever porque aquele herói fazia jus ao epíteto de *o grande*.

Em sua época, os dados das pesquisas do jovem Droysen revelaram que os números relativos a exércitos e recursos bélicos eram muito superiores aos que as pesquisas anteriores sustentavam. Essa indicação da grandiloquência do mundo de Alexandre provocou objeções, disparadas por vários setores acadêmicos, contra aquilo que seria um exagero de Droysen (seus dados foram confirmados pela historiografia posterior). Também a adoção de critérios morais para criticar o “materialismo” dos positivistas e o seu estilo arrojado, muitas vezes confundido com arrogância, rendeu críticas ao autor, muitas dessas ainda repercutem nos dias de hoje, fazendo com que o nome de Droysen inspire reservas (diferentemente da

unanimidade que representa um Mommsen). No entanto, *Alexandre o Grande* continua a ser uma fonte útil ao estudo do tema, se levadas em conta as correções e mudanças de perspectiva introduzidas pela bibliografia mais recente.

RESENHA: LITERATURA BRASILEIRA: MODOS DE USAR

Daniel Iturvides Dutra*

O livro de Luís Augusto Fischer, professor de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem a proposta de ser um guia para leigos em literatura brasileira. Nas palavras do próprio autor, *Literatura Brasileira: modos de usar* é uma obra destinada ao que o autor chama de “leitor não-profissional”, ou seja, ao cidadão brasileiro que não pertence ao meio acadêmico, deseja conhecer mais sobre a literatura brasileira e não sabe por onde começar. Segundo Fischer, o livro é destinado ao “sujeito disposto a ler mais e melhor”.

Literatura Brasileira: modos de usar dá uma visão panorâmica das principais obras, autores, correntes literárias e momentos históricos que definiram a identidade literária brasileira. Fischer se comunica com o leitor em um tom bem informal, inclusive utiliza várias expressões populares e uma certa dose de humor contido, numa interessante estratégia de cativar o leitor e se afastar do tom academicista de outras publicações do gênero, que geralmente espantam os leigos. A sensação geral que o texto passa é que se trata da transcrição de uma conversa de Fischer com algum conhecido, um bate-papo numa sala de estar ou em um bar.

O livro está dividido em doze capítulos, mas foge da convencional divisão em que o autor dedica cada capítulo a um movimento literário específico. Ao invés disso, Fischer organizou os capítulos tendo em mente a relação entre literatura, história e sociedade. Por exemplo, em um determinado capítulo o autor analisa a influência dos “gêneros menores” como a canção popular, a crônica e a caricatura na literatura brasileira, mostrando a importância desses gêneros como forma de expressão literária, algo geralmente negligenciado pelos manuais tradicionais de literatura brasileira. Fischer fala também sobre o romantismo, o realismo, o modernismo e o tropicalismo, contextualizando a relação desses movimentos com questões sociais e históricas da época demonstrando, por exemplo, que os escritores realistas tinham em comum o objetivo de “relatar o país a partir de um ângulo crítico, sem direito a fantasias compensatórias, para mostrar o atraso da sociedade brasileira, no campo e na cidade”.

Fischer aponta o romantismo, o modernismo e o tropicalismo como os três momentos fundamentais da nossa literatura, e volta e meia retorna à questão do realismo, visto que a estética realista é o que permeia toda a formação canônica do país, e vai fundo na análise da relação entre os problemas sociais do Brasil, como a miséria, a má-

* Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: daniel Dutra316@gmail

distribuição de renda, a superconcentração de pobres nas grandes cidades, e as origens de nossa tradição realista. O parnasianismo, visto como contraponto ao realismo, e cujo seguidores do movimento defendiam que arte devia ser “o contrário da vida real”, também é abordado. Ancorado no rigor de sua argumentação, na potencialidade de sua análise e no vasto e profundo conhecimento do tema, Fischer revisita a história da literatura brasileira construindo um texto que informa, discute e problematiza o embate entre a norma padrão e norma coloquial, língua portuguesa, dialetos indígenas e diferenças lingüísticas regionais, demonstrando a relação entre língua e o conceito de nação na busca pela identidade nacional.

Assim, seu texto pretende não apenas mapear o território da literatura brasileira, mas também analisar todas as variantes, incluindo dados tão diferentes quanto a influência da cultura de massa e estrangeira, a diversidade da cultura popular e a extensão territorial de nosso país. Da análise dessas formas, relações e domínios é que emerge um perfil minucioso do cânone no Brasil. Fischer se declara adepto da tese de Antônio Cândido de que “a literatura brasileira passa a existir com o surgimento do desejo de que o país existisse, com os escritores [...] fazendo a literatura para fazer o país”. A abordagem comparativa e interdisciplinar permite ao autor realçar as inter-relações conceituais e ideológicas que os textos literários mantêm entre si e em seu contexto. Numa perspectiva mais ampla, Fischer ressalta as similaridades e diferenças na constituição das práticas discursivas que revelam todo o processo de formação da literatura brasileira.

Referências

Fischer, Luís Augusto. *Literatura brasileira: modos de usar*. Porto Alegre: L&PM Pocket Book. 2007.